

AGRICULTURA CAMPONESA E AGRONEGÓCIO: relações de conflitualidades e disputa territorial¹

Maria Rosangela Bedun*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir a realidade contemporânea em torno da questão agrária marcada por uma conflituosa relação entre a expansão do sistema agrícola do agronegócio no campo e pela territorialização camponesa a partir da resistência e luta pela terra na Microrregião de Dracena/SP. Para percorrer este caminho e desvendar esta realidade, destaca-se a importância de uma abordagem teórico-metodológica pertinente a temática pesquisada e levantamentos de informações empíricas e secundárias junto ao IBGE e em especial através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no período de 2009 no Brasil. Como resultado da pesquisa comprovamos que a luta cotidiana pela terra há cinco séculos garantiu a permanência dos camponeses como classe peculiar e bravamente resistiram à expropriação e exploração produzida continuamente pelo sistema capitalista.

Palavras-chave: Agricultura Camponesa; Agronegócio; Conflitos Agrários; Resistência.

Abstract

This study aims to discuss the contemporary situation around the land issue marked by a contentious relationship between the expansion of the agricultural system in the field of agribusiness and the territorial peasant from the resistance and struggle for land in the Microregion of Dracena/SP. To go through this path and unveil this reality, we emphasize a theoretical and methodological approach pertinent to this research and a survey of empirical

¹ Artigo apresentado no XIII Encontro Internacional Humboldt, realizado em Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, de 26 a 30 de setembro de 2011.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Correio eletrônico: rosebedun@yahoo.com.br.

and secondary information from the IBGE and, specially, from the Pastoral Land Commission in the year 2009 in Brazil. In this research, we proved that the everyday struggle for land has been ensuring the countrymen as a peculiar class for five centuries, and that they bravely resisted to the expropriation and the exploitation continuously produced by the capitalist system.

Keywords: Peasant Farm; Agribusiness; Land Conflicts; Resistance.

Introdução

Nas últimas décadas vimos emergir no campo um ciclo de conflitualidades entre o agronegócio – baseado nos elementos da economia capitalista: lucro, juros e salário – e a agricultura familiar camponesa baseada na tríade terra, família e trabalho. Nesta nuance de divergência entre agronegócio e campesinato se faz necessário analisar essa realidade e discutir a conjuntura da questão agrária no Brasil a partir de reflexões propostas por correntes teóricas que buscam resgatar a compreensão do mundo rural.

Por essa razão, discutir a recriação e a existência do camponês numa sociedade organizada sob o modo de produção capitalista busca resgatar as distintas formas de organização social e econômica manifesta no centro das conflitualidades territoriais e expressas nos embates estruturais e conjunturais vigentes no campo.

Dentro dessa perspectiva, elaboramos um ensaio teórico onde objetivamos discutir a realidade contemporânea em torno da questão agrária marcada por uma conflituosa relação entre a expansão do sistema agrícola do agronegócio no campo e pela territorialização camponesa a partir da resistência e luta pela terra. Partindo desse pressuposto buscamos identificar as formas de uso da terra e a produção camponesa na microrregião de Dracena, no Oeste do Estado de São Paulo. Para tanto, ressaltamos que este trabalho consiste numa pesquisa geográfica elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e busca compreender a dualidade de relações de produção que atua em torno da questão agrária.

Desse modo, essa dualidade agronegócio versus campesinato, regida por princípios opostos nos remete a necessidade de compreender a disputa territorial fomentada junto à fronteira agrícola brasileira, com ênfase aos movimentos camponeses que se manifestam por meio de lutas pela terra como forma de resistência.

Neste cenário, cumpre salientar que o agronegócio controla grande parte das terras produtivas, transformando-as em mercadoria seja por meio da produção como da especulação, o que simultaneamente implica em um forte obstáculo às políticas de reforma agrária. Em outras palavras, a exclusão da população camponesa do campo representa uma significativa concentração da propriedade fundiária e a monopolização da terra pelo capital.

Nessa perspectiva, torna pertinente refletir sobre a necessidade de apresentar políticas agrárias que limitem o desenvolvimento desenfreado do modelo agroexportador, denominado agronegócio, e contribuindo concomitantemente com o modo de produção camponesa, responsável pela soberania alimentar do país.

Por conseguinte, para melhor compreender a dinâmica que envolve a luta pela terra, foram tomados como referência para o debate teórico, estudiosos que desenvolveram análises para a compreensão da questão agrária e camponesa. Desta maneira cumpre destacar autores como Almeida (2006), Paulino e Almeida (2010), Giarraca e Teubal (2008), Marques (2008), Porto Gonçalves (2006), Quijano (2005), Woortmann (1990), dentre outros que contribuem com pesquisas que servirão de base teórica para entender o papel do camponês dentro do modo capitalista de produção. Com relação ao levantamento de informações empíricas e aos dados secundários, os mesmos foram obtidos, sobretudo, junto aos órgãos públicos de planejamento, como CPT (Comissão Pastoral da Terra) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pretende-se com esta discussão contribuir para com o avanço das políticas agrárias no Brasil, possibilitando aos camponeses o acesso a terra e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

1. A resistência camponesa frente à expansão do agronegócio

Uma característica conflituosa tem se manifestado sobre a questão agrária nos dias atuais. Trata-se de um lado da expansão e a consolidação do agronegócio no campo e, do outro à resistência e o aumento das unidades camponesas por meio dos movimentos sociais na luta pela terra. Neste embate, Woortmann (1990) destaca a tradição camponesa como forma de superar este modelo excludente, denominado agronegócio.

[...] o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarianização

ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro².

A expansão do capital para novas áreas, na busca permanente pelo aumento da concentração da terra, tem desencadeado a formação e a espacialização da luta pela terra travada pelos movimentos sociais. A partir de então, ocupações camponesas têm avançado simultaneamente sobre o território brasileiro, expressando o processo de recriação e resistência como classe. Deste modo, “A permanência camponesa e, mais, a luta pela terra alavancada, em especial, pelo MST, é um marco nas mudanças dos estudos agrários no Brasil e no mundo [...]”³.

Neste contexto, dados da Comissão Pastoral da Terra, relativo ao número de ocupações de terra pelos movimentos sociais no Brasil, no período de 2005 a 2009, revelam que 1.727 imóveis que não cumpriam sua função social foram ocupados em todo o Brasil por 200.786 famílias, o que compreende a democratização de 3.267.181 hectares de terras (vide quadro 1).

Estes dados comprovam a luta pela terra associada ao processo de reforma agrária, luta esta caracterizada pela redistribuição de renda e de direitos na conquista de um pedaço de terra, garantindo desta forma a função social da propriedade, ou seja, transformar terras improdutivas em produtivas. Em resumo, a classe camponesa não deseja a mera redistribuição de pequenos lotes, mas almeja uma mudança na estrutura política, social e estrutural vinculada à questão agrária. Neste contexto é importante ressaltarmos que “o MST é fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro”⁴.

Quadro 1. Ocupações de terra no Brasil no período de 2005 a 2009

Ocupações	Ano					Total
	2005	2006	2007	2008	2009	
Nº. de imóveis ocupados	437	384	364	252	290	1.727
Área	1029.201	813.104	652.450	363.988	408.438	3.267.181
Famílias	54.427	44.364	49.158	25.559	27.278	200.786

Fonte: Elaboração própria, a partir de CPT, 2005/2009.

Desta forma, lutar pela desapropriação dos grandes latifúndios improdutivos, ou adotar princípios almejando mudar as políticas públicas que atualmente proporciona a expansão e a

² WOORTMANN, 1990, p. 17.

³ PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 57.

⁴ FERNANDES, 2000, p. 49.

consolidação das empresas capitalistas do agronegócio no campo, é uma forma de territorialização, resistência e reincorporação da prática camponesa de produção, baseada na mão de obra familiar e voltada para o autoconsumo. Assim as ocupações de terras pelos movimentos camponeses representam em sua forma mais elaborada (terra, financiamento, assistência técnica, educação, saúde, etc.) o fim da exclusão social no campo, que se mantém há cinco séculos.

Desta forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além (...) vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitam a (re)conquista da terra de trabalho – a propriedade familiar. Vai em direção à (re)construção da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda, vai em direção à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra⁵.

Nesta perspectiva, quanto ao número de acampamentos no Brasil como forma de luta no sentido reivindicatório dos movimentos sociais pela terra e pela Reforma Agrária, o quadro 2 mostra que de 2005 a 2009 foram organizados 281 acampamentos, envolvendo 40.722 famílias. Os acampamentos representam uma forma de reinserção do camponês na terra, objetivando reverter às estatísticas apresentadas sobre a atual estrutura fundiária brasileira, caracterizada por uma malha fundiária extremamente concentrada, dominada por corporações nacionais e transnacionais associadas ao agronegócio.

Quadro 2. Acampamentos no Brasil 2005/2009

Acampamentos	Ano					Total
	2005	2006	2007	2008	2009	
Nº. de acampamentos	90	67	48	40	36	281
Famílias	17.233	10.259	6.299	2.755	4.176	40.722

Fonte: Elaboração própria, a partir de CPT, 2005-2009.

Considerando as ações resultantes no campo a partir das ocupações e assentamentos realizados pelos movimentos sociais na luta pela terra, é preciso destacar a reflexão de Almeida (2006):

O acampamento e o assentamento são transformações que o território contém, o que ocorre por meio da territorialização da luta pela terra, e que, portanto, representam uma ruptura no processo de territorialização e monopolização do território pelo capital. Assim, quando falamos em territorialização da luta pela terra, estamos, pois, referindo-nos às frações do território conquistadas pelos camponeses, em oposição à

⁵ FERNANDES, 1999, p. 53.

lógica de territorialização do capital monopolista. Essa ruptura produz *imagens territoriais* que, se, por um lado, geram distinção em relação à apropriação capitalista, por outro, expressa identidade camponesa⁶.

Assim, a evolução dos movimentos sociais reafirmada como um caminho para reivindicar a realização de uma reforma agrária justa e igualitária no Brasil, priorizando o modelo da agricultura familiar camponesa frente à expansão do agronegócio, se constitui como instrumento para reverter a concentração da terra presente na estrutura fundiária brasileira que privilegia cada vez mais o modelo agroexportador, denominado agronegócio. A respeito desta forma capitalista de negócio no campo vemos as explicações de Giarracca e Teubal (2008): “El agro se transforma cada vez más em um productor de *commodities*; y, cada vez menos, constituye um médío de vida para la mayoría de los productores agropecuarios, especialmente para los productores familiares”⁷.

Deste modo, o processo de luta e resistência dos camponeses desde as capitâncias hereditárias até os dias atuais, expressa o desejo de entrar e permanecer na terra, tentando, portanto, romper com a impunidade social e territorial imposta pelo capital. Acerca das lutas no campo Martins destaca que: “As diferentes formas de lutas e os diferentes movimentos expressavam uma só coisa: *a luta dos camponeses contra a renda da terra*”⁸.

Neste contexto, a reforma agrária surge como uma alternativa que visa solucionar as conflitualidades territoriais e sociais presente na cidade e no campo, buscando formas de organização voltadas para a sustentabilidade e a democratização do acesso e uso da terra. Neste contexto, Marques (2008) destaca:

A emergência da luta pela reforma agrária é resultado de conflitos desencadeados no campo numa fase caracterizada pelo forte crescimento econômico do país, associado ao avanço da industrialização e da oferta de trabalho urbano, com mudanças significativas na cidade. Sua ampla disseminação se dá, porém, quando o país reafirma a sua opção por um modelo de agricultura extremamente excludente e as oportunidades de trabalho na cidade tornam-se mais restritas. A reforma agrária surge como alternativa de trabalho, moradia e reprodução social para um número crescente de trabalhadores pobres que, dada a sua baixa qualificação e relação às atuais exigências do mercado, dificilmente encontrariam melhor forma de inserção produtiva⁹.

É na conflitualidade presente no campo que reside a potencialidade da classe camponesa, pois enquanto o agronegócio associado ao modelo agroexportador - baseado no monocultivo e na concentração fundiária - se expande pelo território brasileiro,

⁶ ALMEIDA, 2006, p. 342.

⁷ GIARRACCA e TEUBAL, 2008, p.154.

⁸ MARTINS, 1981, p. 80.

⁹ MARQUES, 2008, p. 63.

contraditoriamente os movimentos camponeses se organizam, acentuando a luta pela terra contra o avanço do capital, pois como afirma Welch e Fernandes (2008), o sistema agrícola camponês não faz parte do agronegócio.

O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do campesinato. No sistema agrícola do agronegócio, a acumulação, a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em grande escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a reprodução, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências¹⁰.

Neste sentido, é preciso compreendermos que a recriação e a resistência da agricultura familiar camponesa, em termos absolutos, representam a superação do modo capitalista de produção baseado no desenvolvimento desigual e contraditório.

A (re)criação do campesinato como uma relação não capitalista é parte contraditória do modo de produção capitalista, situação que, por sua vez, ao permitir a acumulação do capital via monopolização do território, também contém sua negação, seja na luta contra a transferência de renda, seja na luta direta pela terra de vida e trabalho¹¹.

2. A potencialidade da agricultura familiar camponesa e o agronegócio

É na terra de trabalho que o camponês garante a sobrevivência familiar e, conseqüentemente, a soberania alimentar do país. Nessa perspectiva Almeida (2006) destaca:

Família, trabalho e terra são categorias centrais do mundo camponês, basicamente porque uma não tem sentido sem a outra, e mais, delas é que valores como a moral, a liberdade, a comida, a autonomia extraem seu sentido e dão ao campesinato sociabilidade completa¹².

Por essa razão, podemos destacar as divergências dos modos de vida presentes no campo representados pela agricultura familiar camponesa e o agronegócio. As políticas de produção da agricultura familiar camponesa são baseadas na tríade terra, família e trabalho, cuja produção de alimentos é condição essencial para sua existência. A lógica produtiva do agronegócio é expressa pela monocultura em grande escala sob a égide dos latifundiários e das corporações empresariais transnacionais, e a produção geralmente é destinada ao mercado

¹⁰ WELCH e FERNANDES, 2008, p. 166.

¹¹ PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 58.

¹² ALMEIDA, 2006, p. 24.

externo. Neste embate, Porto-Gonçalves (2006) adverte sobre as conseqüências deste novo modelo agrícola, denominado agronegócio:

No Brasil, o desenvolvimento do novo modelo agrário/agrícola também mostra o mesmo sentido ao apontar para um modelo onde o monocultivo acentua a dependência do agricultor diante do complexo industrial-financeiro altamente oligopolizado e, com isso, aumenta a insegurança alimentar, tanto dos agricultores e suas famílias como do país como um todo¹³.

Sendo assim, se faz necessário destacar como se desenvolveu este novo modelo agrícola no Brasil, gerando profundas mudanças no uso da terra, sobretudo, pela expansão da monocultura sob o controle do capital industrial e financeiro.

Vejamos as contribuições Marques (2008):

No final dos anos de 1970, inicia-se no Brasil um processo de abertura política e, cerca de dez anos depois, a abertura de mercado, responsáveis por uma série de mudanças econômicas e institucionais. Do Estado Desenvolvimentista, empreendedor e voltado para um projeto de transformação do país numa grande potência, no qual a inclusão social era concebida como decorrência “natural” do processo de desenvolvimento econômico, passamos ao Estado Neoliberal. Este último tem como principal papel garantir, em nível nacional, as condições necessárias ao bom funcionamento do mercado capitalista, em conformidade com as exigências do capital financeiro global [...]. Destaca-se, também, a expansão do agronegócio, impulsionada pela maior abertura do mercado brasileiro e pela ampliação de investimentos diretos de empresas multinacionais do sistema agro-alimentar no país. A produção agrícola é palco de profundas mudanças, com aumento na escala de produção, mecanização crescente e redução dos postos de trabalho¹⁴.

Não há dúvidas, que a consolidação do sistema agrícola de produção do agronegócio no Brasil provocou significativas mudanças no espaço agrário. Porto-Gonçalves (2006) ressalta que este processo de reprodução ampliada do capital que opera no modelo agrícola atual está ancorado em dois pilares básicos: a supervalorização da ciência e das técnicas ocidentais no modo de produção e a expansão das terras cultivadas. O autor destaca ainda que nos últimos cinquenta anos, dados da FAO apontam que a produção de grãos aumentou três vezes, e o uso de fertilizantes, foi multiplicado por quatorze vezes.

Neste contexto, irá emergir no campo diferentes formas de luta pela terra, onde estará no centro dessa disputa territorial a unidade camponesa, almejando superar os limites inerentes a organização capitalista nos âmbitos econômicos, políticos e ideológicos que

¹³ PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 222-223.

¹⁴ MARQUES, 2008, p. 59-60.

constituem processos de desigualdades, expropriação e exploração do meio agrário. A respeito dessas diferentes formas de luta pela terra, Marques (2008) esclarece:

Neste contexto, emergem diferentes formas de luta pela terra (para resistir, recuperar e/ou entrar na terra), bem como novas formas de organização da unidade de produção (com mudanças na base técnica, diversificação de atividades, aumento na escala de produção etc.). Esses processos vêm possibilitando a reconstituição, em novas bases, da diversidade encontrada entre as configurações camponesas existentes no país¹⁵.

Considerando a heterogeneidade dos modos de produção capitalista e camponesa presentes no meio agrário brasileiro nas últimas décadas, podemos destacar que as unidades de produção camponesa mantiveram sua organização econômica, social e territorial aliada ao desempenho produtivo evidenciado pelo Censo Agropecuário do IBGE/2006. “Neste sentido, a predominância do trabalho familiar é uma característica do campesinato (e não do capital). O campesinato não promove diferentes tipos de concentração: terra, capital, poder etc.”¹⁶.

Este desempenho produtivo pode ser comprovado pelos dados censitários do IBGE (2006). Ou seja, frente ao processo de globalização e expansão do agronegócio, as pequenas unidades camponesas de produção no Brasil foram responsáveis por 87% da produção de mandioca, 70% de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% da criação de suínos, 50% da criação de aves, 30% de bovinos e 21% da produção de trigo. Assim, é notório que mesmo ocupando uma área bem inferior a destinada ao agronegócio na estrutura fundiária brasileira, a agricultura familiar camponesa responde por 38% do valor da produção, logo é a responsável pela soberania alimentar do povo brasileiro. Neste embate com saldo produtivo para os camponeses é que entendemos a afirmação de Woortmann (1990) quando destaca que: “Comida, trabalho e terra são, [...] categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza”¹⁷.

Esta nova realidade presente no campo do século XXI – marcada pelo embate entre a produção de alimentos *versus commodities* – nos faz entender por que os camponeses buscam autonomia perante o capital, como classe social e modo de vida. Neste sentido, os movimentos sociais frente, ao processo de expansão e consolidação do sistema capitalista de produção, representam uma nova tendência na luta pela recriação camponesa como possibilidade da utopia da reprodução da condição humana no marco da emancipação.

¹⁵ MARQUES, 2008, p. 60.

¹⁶ WELCH e FERNANDES, 2008, p. 167.

¹⁷ WOORTMANN, 1990, p. 37.

Quijano (2005) irá formular a seguinte teoria sobre as ações dos movimentos sociais em busca de novas alternativas para conviver com as diferentes conjunturas presentes no campo:

Podemos, portanto, sugerir que talvez não seja uma mera coincidência que a resistência ao capitalismo e à sua “globalização” tenha se tornado um fluxo mundial apenas na última década e que esse movimento procure, agora sim explicitamente, opções alternativas de sociedade. Sem dúvida, o lema do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, “Um outro mundo é possível”, expressa bem a orientação do novo período: a transição da resistência para a busca de alternativa¹⁸.

A partir das discussões apresentadas sobre a resistência camponesa frente à expansão do agronegócio no Brasil, discorreremos sobre a resistência das unidades camponesas na microrregião de Dracena, no Oeste do Estado de São Paulo, diante da expansão do agronegócio canavieiro.

3. O uso da terra e a produção camponesa na microrregião de Dracena / SP

O processo de transformação da dinâmica produtiva no meio agrário a partir da expansão do agronegócio canavieiro nos desafiou ampliar o debate sobre as diferentes formas de produção no campo, como meio de analisarmos o uso da terra e a dinâmica da produção camponesa na microrregião de Dracena, no Oeste Paulista.

A microrregião de Dracena está situada a Oeste do Estado de São Paulo, sendo composta no seu recorte territorial por dez municípios: Junqueirópolis, Dracena, Ouro Verde, Tupi Paulista, Santa Mercedes, Nova Guataporanga, São João do Pau d’Alho, Monte Castelo, Paulicéia e Panorama (vide figura 1).

Por conseguinte, diante do processo capitalista de produção, e a territorialização do agronegócio sucroalcooleiro no Brasil, a partir de 2004 a cana-de-açúcar tem conquistando o espaço agrário nos municípios da microrregião estudada, haja vista a instalação de seis usinas situadas em Dracena, Santa Mercedes, Paulicéia, Panorama e duas na cidade de Junqueirópolis. Segundo Cleps Junior (2010), há uma relação estritamente particular entre o governo e a expansão do agronegócio canavieiro.

¹⁸ QUIJANO, 2005, p. 487.

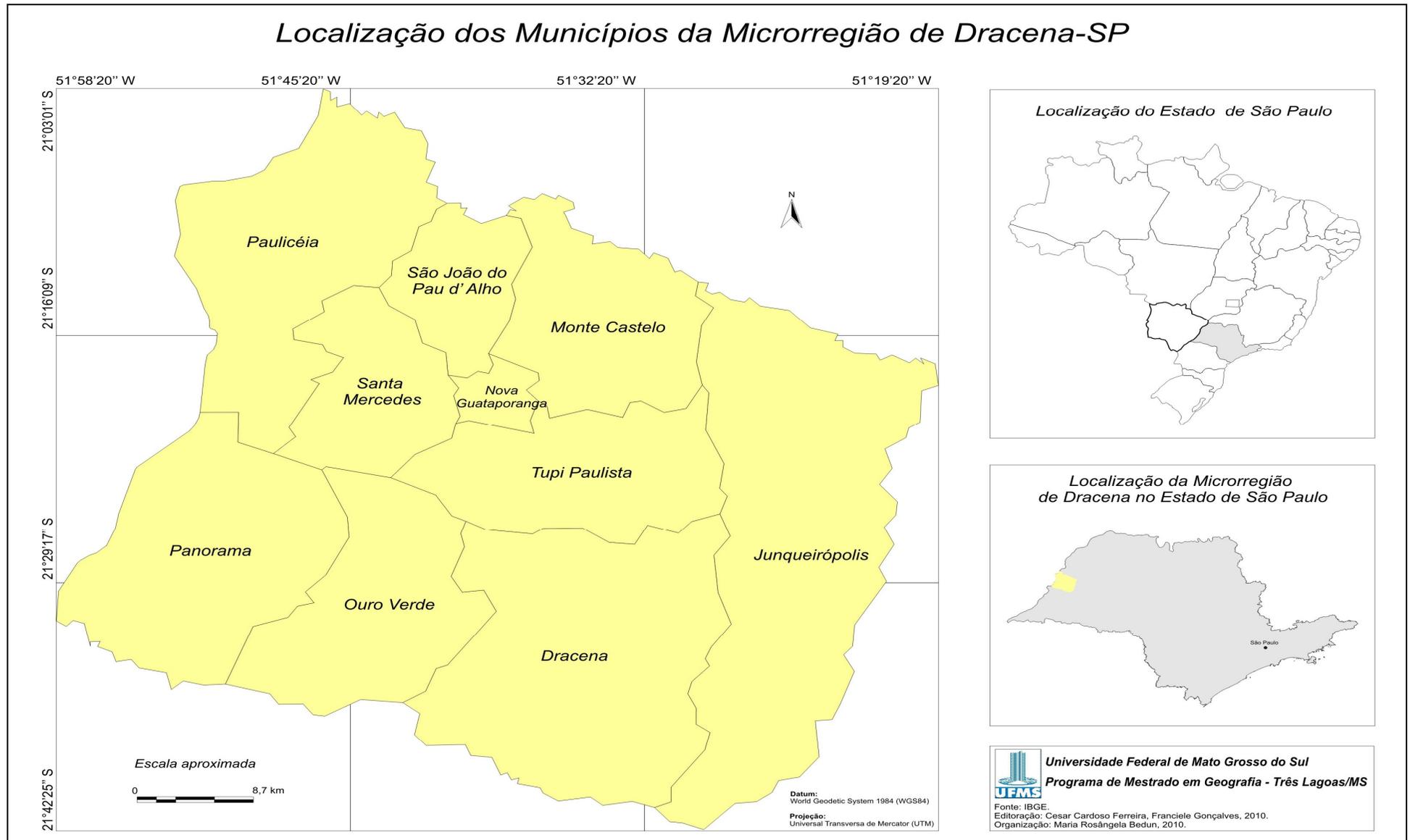


Figura 1. Localização dos Municípios da Microrregião de Dracena-SP

A opção governamental a favor da expansão da monocultura da cana-de-açúcar é um dado concreto. De acordo com os dados anuais da Produção Agrícola Municipal do IBGE, entre 1995 e 2005, a cana-de-açúcar tornou-se a terceira lavoura do país em extensão, detendo, em média, 9,5% do total de suas áreas plantada e colhida, sendo superada neste particular apenas pelo milho e pela soja¹⁹.

Deste modo, de acordo com dados do IBGE/Produção Agrícola Municipal/2009, o quadro 3, ilustra a área plantada em hectares e a quantidade produzida de cana-de-açúcar nos municípios da microrregião de Dracena.

Quadro 3. Lavoura de Cana-de-açúcar na microrregião de Dracena / SP

Municípios	Lavoura de Cana-de-açúcar	
	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)
Dracena	8.500	935.000
Junqueirópolis	12.460	1.061.592
Monte Castelo	6.445	532.565
Nova Guataporanga	370	37.000
Ouro Verde	7.800	656.760
Panorama	-----	-----
Paulicéia	5.980	598.000
Santa Mercedes	5.700	5.700
São João do Pau d'Alho	-----	-----
Tupi Paulista	2.300	184.000
Total	49.555	4.010.617

Fonte: Elaboração própria, a partir de IBGE, Produção Agrícola Municipal/2009.

Verifica-se que a área plantada com cana-de-açúcar na microrregião de Dracena atinge os 49.555 mil hectares, com uma produção estimada em 4.010.617 mil toneladas.

No entanto, a produção agrícola camponesa no contexto local apresenta uma lógica diferenciada do agronegócio canavieiro, uma vez que a produção implica na diversificação agrícola, voltada para o autoconsumo. Neste sentido, os produtores camponeses têm driblado a produção canavieira na microrregião de Dracena, e diante da tríade terra, família e trabalho têm desenvolvido suas próprias potencialidades, contornando o modelo capitalista de produção, e garantindo sua existência e permanência na terra. Daí a importância de trazer para o debate acadêmico as inquietações e as perspectivas do campesinato frente à expansão e consolidação do agronegócio em todo o território brasileiro, na busca de apontarmos alternativas que assegure a viabilização da agricultura familiar camponesa na era da globalização neoliberal e da territorialização do capitalismo no campo.

¹⁹ CLEPS JUNIOR, 2010, p. 50.

Vejam as explicações de Shanin (2008) para essa capacidade de resistência dos camponeses:

As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. [...] A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar²⁰.

É por isso que as unidades camponesas presentes na microrregião de Dracena são responsáveis pela produção de vários produtos que configuram a segurança alimentar local. Este cenário pode ser observado no quadro 4 a partir dos dados do IBGE/Produção Agrícola Municipal/2009, onde podemos verificar a utilização da terra para o cultivo das principais lavouras que garantem a sobrevivência do camponês e de sua família.

Quadro 4. Área plantada para o autoconsumo na microrregião de Dracena / SP

Municípios	Área Plantada (hectare)								
	Arroz	Feijão	Milho	Mandioca	Café	Coco	Manga	Urucum	Uva
Dracena	-	1.250	500	40	1.000	40	180	5	15
Junqueirópolis	5	60	150	52	700	50	60	70	24
Monte Castelo	5	24	140	9	118	48	120	-	4
Nova Guataporanga	3	15	90	-	60	-	14	25	2
Ouro Verde	-	95	96	-	115	8	150	70	15
Panorama	-	48	50	150	-	60	50	-	-
Paulicéia	-	20	250	-	-	12	8	10	-
Santa Mercedes	-	20	480	-	30	33	30	20	3
São João do Pau d'Alho	-	10	10	-	113	-	5	530	4
Tupi Paulista	10	-	400	-	660	25	180	110	100

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal/2009. Org.: BEDUN, M.R., 2010.

Nesta conjuntura, os dados do IBGE/Produção Agrícola Municipal/2009, apresentados no quadro 5, indicam o volume de produção das principais lavouras cultivadas na

²⁰ SHANIN, 2008, p. 25-26.

microrregião de Dracena, entre elas arroz, feijão, milho, mandioca, café, coco da baía, manga, urucum e uva.

Quadro 5. Volume de produção na microrregião de Dracena / SP

Municípios	Volume de Produção								
	Arroz (ton.)	Feijão (ton.)	Milho (ton.)	Mandioca (ton.)	Café (ton.)	Coco (fruto)	Manga (ton.)	Urucum (ton.)	Uva (ton.)
Dracena	-	900	1650	995	1.500	372	1.116	11	270
Junqueirópolis	10	42	445	1.085	420	475	408	91	432
Monte Castelo	6	12	672	225	72	410	774	-	84
Nova Guataporanga	9	15	216	-	54	-	91	60	62
Ouro Verde	-	112	275	-	83	100	1.080	144	420
Panorama	-	84	186	4.950	-	852	420	-	-
Paulicéia	-	18	650	-	-	102	76	22	-
Santa Mercedes	-	24	1.890	-	18	415	255	33	108
São João do Pau d'Alho	-	8	38	-	102	-	45	573	64
Tupi Paulista	15	-	1440	-	792	800	142	255	3.140

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal/2009. Org.: BEDUN, M.R., 2010.

Como podemos verificar, há uma disputa territorial entre a produção camponesa e o agronegócio canavieiro na microrregião de Dracena, e este embate repercute no meio social, uma vez que fatores políticos e econômicos intervêm diretamente, em especial na defesa do agronegócio e é por isso que se deve estudar as diferentes formas de uso da terra para evidenciar quem são os responsáveis pela soberania alimentar e, quiça, contribuir para a inversão deste jogo de forças à favor do campesinato.

Portanto, a alternativa camponesa é criar e recriar suas formas de produção, garantindo assim sua resistência como classe peculiar, e a soberania alimentar para a humanidade.

Essa contradição – contribuição/destruição – é mais bem compreendida quando a análise considera que o campesinato não é parte integrante do agronegócio. Ele é subalterno a este modelo de desenvolvimento, pelo fato de não possuir poder para

impor outro modelo na correlação de forças com o capital. Mesmo assim, sua persistência é um fato histórico impossível de negar²¹.

Considerações finais

A singularidade camponesa, cujo modo de vida os mantém como classe peculiar na sociedade moderna e globalizada, tem permitido que proporcionalmente as pequenas unidades de produção sejam mais eficientes do que as grandes unidades, sendo as primeiras as responsáveis pela soberania alimentar do Brasil. Neste contexto, é de suma importância destacarmos que o capital a partir do uso de novas tecnologias no processo produtivo tem desencadeado efeitos contraditórios no mundo, como nos chama a atenção Porto-Gonçalves (2006) quando destaca que os preços internacionais dos produtos agrícolas só resultam vantajosos para uma minoria de agricultores. Sendo insuficientes e desfavoráveis para a maioria dos agricultores do mundo, para que possam viver dignamente de seu trabalho e renovar seus meios de produção.

Assim a grande transformação agrária no Brasil, a partir de 1970, é que a implantação e a expansão do agronegócio tem intensificado as conflitualidades no campo, haja visto que o modelo econômico vigente no agronegócio é sustentada pelos elementos lucro, juro e salário, configurando a lógica da expansão das monoculturas sob o domínio capitalista de produção. Em contrapartida, na agricultura familiar camponesa a reprodução agrícola é baseada no trabalho familiar, voltado para a recriação do modo de vida. Neste sentido as conflitualidades expressam uma disputa territorial tendo de um lado a predominância e a expansão do modelo agroexportador e, do outro, os camponeses em luta pela terra por meio dos movimentos sociais, determinando sua resistência e recriação como classe.

²¹ WELCH e FERNANDES, 2008, p. 187.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- CLEPS JUNIOR, João. Questão agrária, estado e território em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos (org.). *Geografia agrária, territórios e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 35- 54.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br>>. Acesso em: 15 de jan. de 2011.
- FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GIARRACCA, Norma; TEUBAL, Miguel. Del desarrollo agroindustrial a la expansion del “agronegocio”: el caso argentino. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-164.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de jan. de 2011.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI; João Edmilson (orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia, 2008. p. 49-78.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

- PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular / UNESP, 2008.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 475-515.
- SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI, João Edmilson (org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular / UNESP, 2008. p. 23- 47.
- TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson (org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular / UNESP, 2008. p. 139-160.
- WELCH, Clifford Andrew e FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson (org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular / UNESP, 2008. p.161-190.
- WOORTMANN, Klass. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990.